

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 416 - Brasília, quarta-feira, 5 de março de 1997



A mesa que dirige os trabalhos da CPI recebe documentos da Receita sobre pessoas e empresas beneficiadas com negociação de títulos

CPI rastreia conta nos EUA e convoca bancos para depor

Bernardo Cabral, presidente da comissão, solicitará providências para que Brasil recupere dinheiro depositado por ex-coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo

Tratar o trabalhador como escravo dá cadeia

O plenário do Senado aprovou ontem projeto do senador Júlio Campos (PFL-MT) que prevê cadeia de três a oito anos para o empregador que tratar trabalhador como se fosse escravo. O projeto estabelece que estará passível de punição o empregador que obrigar uma pessoa a trabalhar indefinidamente como garantia de pagamento de dívida ou se coagir essa pessoa a comprar mercadorias monopolizadas

pelo patrão.

Também poderá ser processado o dono de fazenda ou empresa que isolar um empregado na área de trabalho e se negar a fornecer a localização da área ou a indicar as estradas da região. Patrão que impedir um empregado de sair da área de trabalho retendo sua documentação estará tratando essa pessoa como escravo e, portanto, pode ser processado e ser condenado de dois a oito anos de

prisão.

O projeto deverá ser votado agora pelos deputados. O relator da matéria, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), afirmou que milhares de brasileiros "ainda são submetidos a condições de trabalho aviltantes", apesar de o trabalho escravo ser crime. O projeto aprovado ontem, segundo Ramez Tebet, inova ao prever cadeia para quem tratar um trabalhador "como se escravo fosse".

A CPI dos Precatórios descobriu nos Estados Unidos depósito bancário de um dos principais implicados nas investigações: o ex-coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo Wagner Baptista Ramos.

O presidente da CPI, senador Bernardo Cabral, informou que solicitará providências para que o Brasil recupere esse dinheiro.

Como colaboração aos trabalhos, serão convocados a depor o ex-prefeito de Curitiba Rafael Grecca e os jornalistas Celso Ming e Luís Nassif.

O senador Roberto Requião anunciou ontem à noite que ficou acertada a convocação dos presidentes de bancos e de fundos de pensão que mais compraram títulos emitidos irregularmente. **Página 4**

ACM convoca líderes para definir pauta

Página 5

Projeto sobre região do DF será votado hoje

Página 2

Senado aprova o Estatuto do Garimpeiro

Página 3

Partidos já indicam nomes para comissões

Até o início da noite de ontem, a Secretaria Geral da Mesa registrou quatro indicações partidárias dos senadores que integram as comissões permanentes em 1997 e 1998. Os indicados são do PMDB, Bloco de Oposição, PPB e PTB. Faltam as indicações do PSDB e do PFL.

São sete as comissões permanentes, compostas por número variável de membros, distribuídos conforme a proporção de representantes de cada legenda no total de 81 senadores. A de Assuntos Sociais, com 29 titulares e 29 suplentes, é a que congrega maior número, seguida pela de Assuntos Econômicos (27/27), de Educação (27/27), de Constituição, Justiça e Cidadania (23/23), de Serviços de Infra-Estrutura (23/23), de Relações Exteriores (19/19) e de Fiscalização e Controle (17/10).

Cafeteira discorda de critérios adotados para a composição

O líder do PPB, senador Epitácio Cafeteira (MA), afirmou ontem que os partidos pequenos "não estão sendo sequer ouvidos



Cafeteira

na discussão do preenchimento da presidência das comissões técnicas da Casa".

O senador lembrou que as lideranças deveriam se reunir para discutir como seriam compostas essas comissões, mas, ao que parece, "o negócio está sendo resolvido em *petit comité*". Tal situação levou Cafeteira a registrar seu descontentamento.

- Na hora em que o governo e a maioria precisam de votos, lembram-se dos partidos pequenos - disse. No entanto, segundo o desabafo do senador, "na hora de organizar as comissões, os partidos pequenos não existem".

Senado decide hoje se DF terá região metropolitana

Proposta autoriza o Executivo a instituir o Programa de Desenvolvimento do Entorno

O plenário do Senado vota hoje projeto de autoria dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Iris Rezende (PMDB-GO) que autoriza o governo federal a criar a Região Administrativa Metropolitana do Distrito Federal e Entorno, englobando Brasília e vários municípios goianos e mineiros.

A proposta, que, se aprovada, terá de ser apreciada ainda pelos deputados, cria um Conselho Administrativo, com representantes da União, do Distrito Federal, de Minas Gerais e de Goiás. Esse conselho ficaria encarregado de elabo-

rar um plano de desenvolvimento integrado, coordenar programas e projetos objetivando a unificação dos serviços públicos comuns e decidir sobre a repartição das verbas federais. O projeto autoriza o



Arruda



Iris

Executivo a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

Os senadores também discutirão na sessão de

hoje projeto do senador Roberto Freire (PPS-PE) que estabelece incentivos fiscais à instalação de indústrias automotivas nas regiões menos desenvolvidas.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

11h - Preside sessão solene em comemoração ao Dia Internacional da Mulher

12h30 - Recebe o presidente do TSE, ministro Marco Aurélio Mello

14h30 - Preside sessão ordinária deliberativa do Senado Federal

PLENÁRIO

Congresso Nacional

11h - Sessão Solene

Pauta: Comemoração do Dia Internacional da Mulher, *Plenário do Senado Federal*

Oradores: Pelo Senado Federal, senadora Emília Fernandes (PTB-RS) Pela Câmara, deputadas Maria Elvira e Marta Suplicy

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PDL nº 122/96, que dispõe sobre a prestação de contas do presidente da República, referente ao período de 29.9 a 31.12.92; *PLS nº 101/96-Complementar, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Metropolitana do Distrito Federal e Entorno; e *PLS nº 86/95, que dispõe sobre incentivos à instalação de empresas fabricantes de veículos, partes, peças e componentes automotivos nas regiões economicamente desfavorecidas que especifica.

COMISSÕES

10h30 - Comissão Especial da Reforma Política-Partidária

Pauta: Continuação da discussão e votação do relatório final da comissão. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimentos dos diretores das empresas SMTJ - Assessoria Empresarial, Sérgio Demeka; Perfil - CCTVM, Gérson Martins e Luiz Calábria; e da Split - DTVM, Enrico Picciotto. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho



Coutinho Jorge

Coutinho quer municipalizar reforma agrária

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) sugeriu ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso que sejam municipalizadas - através da criação de conselhos municipais - as ações voltadas para a reforma agrária, a exemplo do que ocorre nas áreas de saúde e educação. Segundo o senador, as prefeituras têm estrutura para bancar os assentamentos de forma mais rápida e a custos mais baixos.

Proposta nesse sentido foi apresentada em reunião realizada em Marabá (PA), com a presença do ministro extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann, representantes da Associação dos Prefeitos do Araguaia e Tocantins, vereadores, parlamentares e autoridades envolvidas no processo de reforma agrária, informou o senador.

Segundo Coutinho Jorge, o ministro Raul Jungmann defendeu a criação de um conselho regional que iria compatibilizar as ações desses conselhos municipais no Pará. "Temos que sair do discurso para a prática", disse ele.

O senador anunciou a volta do ministro Raul Jungmann ao Pará, na primeira quinzena de abril, para assinar atos, alocar recursos - dos quais grande parte foi acordada com prefeitos e municípios - para que essa integração resolva, de forma efetiva, o problema da reforma agrária na região.

Coutinho Jorge informou ainda que o Ministério de Minas e Energia autorizou a construção do "linhão" que levará a energia da hidrelétrica de Tucuruí até Altamira, beneficiando o oeste do estado do Pará e o Baixo Tocantins.

Estatuto tira 400 mil garimpeiros da clandestinidade

Projeto de autoria de João França aprovado pelo Senado dispensa a exigência de "permissão de lavra" de órgãos do governo para que esses profissionais possam trabalhar

O Senado aprovou ontem projeto de lei de iniciativa do senador João França (PMDB-RR) que cria o Estatuto do Garimpeiro, voltando a prevalecer a matrícula em órgão fiscal do estado para que uma pessoa possa exercer a profissão, como ocorria até julho de 1989.

- Com o estatuto, 400 mil garimpeiros saem da clandestinidade e já podem ter carteira assinada e pagar INSS - saúdo, depois da votação, o senador João França. O projeto, que ainda deve ser votado pelos deputados federais, acaba



João França: volta a matrícula com a exigência de "permissão de lavra" de órgãos do governo federal para que garimpeiros possam trabalhar.

O senador Ermandes Amo-

rim (PPB-RO) afirmou, antes da votação, que a Lei nº 7.805, de julho de 1989, tornou inviável o exercício da profissão de garimpeiro, pois exige que o Departamento Nacional da Produção Mineral e o Ibama dêem "permissão de lavra" para as áreas a serem trabalhadas. Conforme Amorim, desde 1989 os dois órgãos federais não deram qualquer concessão de lavra a garimpeiros e nem conseguiram regularizar os garimpos que existiam em julho daquele ano.

Na prática, segundo o autor do projeto, João França, a lei

de 1989 extinguiu todos os garimpos do Brasil, pela exigência da "permissão de lavra". Isso, na opinião do senador, "deixou o campo inteiramente livre para as empresas mineradoras", em detrimento dos garimpeiros. Uma pessoa que garimpar sem a "permissão de lavra" federal pode receber pena que vai de três meses a três anos de cadeia. A situação só mudará, no entanto, depois que a Câmara dos Deputados aprovar o Estatuto do Garimpeiro e o projeto for sancionado pelo presidente da República.

Josaphat considera "ato de teimosia" a privatização da Vale do Rio Doce

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) disse ontem que a decisão de publicar o edital de privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) nos próximos dias "é um ato de teimosia do governo, e também um ato de fraqueza".

A seu ver, não houve argumento, por mais razoável que fosse, que convencesse o governo a, pelo menos, adiar o lançamento do edital. O reflexo dessa atitude está no constante silêncio dos líderes governistas em plenário, disse.

Josaphat afirmou que o Senado declinou do seu poder de fiscalização ao rejeitar, sob o argumento de que a proposta era inconstitucional, requerimento de urgência que visava debater proposição garantindo à Casa o exame do edital.

- Pela Constituição, compete ao Congresso fiscalizar e exercer controle sobre os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta. O Senado podia e pode decidir sobre a regularidade



Josaphat pede prudência

do edital - assegurou.

Josaphat recorreu a publicação do próprio governo para listar as atividades da CVRD, distribuídas em minas de ferro, portos, usinas de peletização, estradas de ferro, complexos industriais de alumínio, indústrias de papel e celulose, mineradoras e metalúrgicas de ouro, navios graneleiros de transporte transoceânico, sistemas de desenvolvimento de tecnologia, de manutenção de reservas naturais, de mapeamento, prospecção e pesquisa geológica.

Esse simples resumo recomendaria ao governo, na sua

opinião, "um mínimo de prudência". O senador ressaltou, ainda, que a Vale não satisfaz o suposto critério de privatização, que atingiria estatais não-lucrativas e sem competitividade. A Vale dá lucro e "mostra, diariamente, um show de racionalidade, de que sabe competir", disse o senador, citando o empresário Antônio Ermírio de Moraes.

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA), em aparte, salientou que, ao invés de dialogar, o governo mandou ao Senado o ministro do Planejamento. Antônio Kandir, para dar conhecimento da posição oficial. Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS) houve, por parte da maioria dos senadores, "um silêncio dramático, sem coragem, omissão". A senadora Júnia Marise (PDT-MG), por sua vez, destacou que aqueles que se ergueram contra a privatização da empresa sempre foram vistos como "ultrapassados", num conceito de modernidade que é sinônimo de perda de soberania.

Projeto evita retenção de identidade

Os senadores aprovaram ontem projeto de lei, que vai à sanção presidencial, proibindo que porteiros e recepcionistas de prédios retenham carteiras de identidade de pessoas estranhas ao local. Nesses casos, os porteiros têm de anotar os dados constantes da carteira e devolvê-la ao dono.

Conforme o relator do projeto, senador Roberto Requião (PMDB-PR), é uma arbitrariedade um porteiro ou recepcionista de prédio, seja público ou privado, ficar com a identidade de uma pessoa, mesmo depois de anotar e conferir os seus dados. O projeto mudou apenas um parágrafo da Lei nº 5.553/68, que trata da apresentação e uso de documentos de identificação pessoal.

CPI descobre depósito bancário no exterior

Segundo Bernardo Cabral, conta pertence a um dos principais implicados nas investigações: o ex-coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo Wagner Baptista Ramos

O presidente da CPI dos Precatórios, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), anunciou ontem que, em decorrência de providências adotadas pelo presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, foi possível descobrir nos Estados Unidos depósito bancário de um dos principais implicados nas investigações em curso - o ex-coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo Wagner Baptista Ramos.

Cabral informou que pedirá ao Ministério da Justiça o encaminhamento de uma carta rogatória para que o Brasil recupere esse dinheiro, adotando-se o mesmo tipo de procedimento utilizado contra Georgina Fernandes, a ex-advogada do INSS condenada por desvio de recursos públicos. Conforme o senador, Romeu Tuma (PFL-SP) foi designado para acompanhar essa diligência no exterior, e medidas já foram tomadas para dificultar o saque



A CPI convocou para depor o ex-prefeito de Curitiba Rafael Grecca e os jornalistas Celso Ming e Luís Nassif

pelo beneficiário da conta.

O presidente da CPI deu essas informações momentos depois de receber o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que lhe trouxe documentos abrindo o sigilo fiscal de pessoas físicas e jurídicas beneficiadas com a negociação irregular de títulos públicos. Na ocasião, o senador também informou que agora são cinco os técnicos da

Receita Federal que estão trabalhando em colaboração com a comissão.

Momentos depois, atendendo a requerimento do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a CPI decidiu convocar para depoimento o ex-prefeito de Curitiba Rafael Grecca e os jornalistas Celso Ming (*Jornal da Tarde*) e Luís Nassif (*Folha de S. Paulo*). Bernardo Cabral esclareceu que

esses depoimentos serão tomados como uma colaboração aos trabalhos da comissão. Os dois jornalistas escreveram artigos afirmando que Grecca teria informações sobre ramificações das negociações com precatórios dentro do próprio Senado. Alcântara considerou graves os textos e comentou: "O Senado está numa situação em que é ao mesmo tempo acusador e réu".

Comissão pode convocar bancos e fundos de pensão

Ao sair da reunião reservada que a CPI dos Precatórios realizou na noite de ontem, o relator Roberto Requião (PMDB-PR) anunciou que ficou acertada a convocação dos presidentes de bancos e de fundos de pensão que mais compraram títulos irregularmente emitidos para o pagamento de precatórios (débitos judiciais).

Ele informou que o senador José Serra (PSDB-SP) ficou incumbido de, num prazo de 24 horas, realizar uma auditoria para verificar quais dessas instituições financeiras têm a maior carga de títulos em carteira. Ao argumentar

em favor dessa providência, Requião fez o seguinte comentário: "Se temos uma CPI em que senadores chegam a propor *impeachment* de governadores, por que hesitaríamos em convocar presidentes de bancos e de fundos de pensão? São por acaso figuras sacralizadas?"

Requião também informou que a comissão deliberou manter a decisão que impede a negociação de títulos sem que o Banco Central e a CPI sejam ouvidos. O governador de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira, argumentou na semana passada junto ao presidente da CPI, Bernardo Cabral, que essa medida ameaça quebrar seu

estado, que estava financiando corretoras que compraram papéis por ele emitidos.

O senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), sub-relator que também participou da reunião, disse, por sua vez, que não existe esse risco. "Se o governador catarinense aceitar financiar os compradores de títulos que emitiu, é porque não precisa do dinheiro." Kleinübing também explicou que, conforme a decisão da CPI, o governo de Pernambuco continua sem problema, visto que a Caixa Econômica poderá manter os títulos comprados daquele estado. E esclareceu: títulos não vendidos, títulos em carteira e títulos em custódia

ficam exatamente como estão.

Na mesma reunião, a CPI aprovou requerimento do senador Esperidião Amin (PPB-SC), decidindo reconvocar para depoimento o ex-coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo, Wagner Baptista Ramos, a fim de acareá-lo com os dirigentes do banco Vetor e das corretoras Perfil e Divisa, principais negociadoras dos títulos emitidos irregularmente para pagamento de precatórios. "A acareação vai nos ajudar a saber quem está falando a verdade", disse Amin.

ACM chama líderes amanhã para definir pauta

Congresso deverá apreciar, além de medidas provisórias, vetos constitucionais e duas propostas de emendas: a que estabelece o efeito vinculante e a que regulamenta MPs

Com o objetivo de agilizar as atividades do Congresso, iniciando a votação das medidas provisórias já na próxima semana, o senador Antonio Carlos Magalhães convocou para amanhã, dia 6, reunião de definição de pauta, com a presença de todos os líderes partidários no Senado e na Câmara.

Ontem, ACM realizou reunião com os líderes do governo, senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Elcio Alvares (PFL-ES), e deputado Benito Gama. Arruda ficou encarregado de fazer um levantamento de cerca de 60 MPs em tramitação, para apresentar uma proposta de calendário de votação.

Entre as matérias que serão



O senador Antonio Carlos Magalhães realizou ontem reunião preparatória com líderes do governo apreciadas pelo Congresso encontram-se, além das MPs, vetos presidenciais, a emenda constitucional que regulamenta a edição e apreciação das medidas provisórias e a que estabelece o efeito vinculante das decisões do Supremo.

Os líderes também vão procurar um entendimento sobre a tramitação das reformas previdenciária, tributária e administrativa.

Visitas ao Prodasen e Editoração

Dando seqüência às visitas aos órgãos da Casa, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, vai ao Prodasen e à Secretaria Especial de Editoração e Publicações nesta sexta-feira. O objetivo desses encontros é conversar com os diretores e funcionários sobre as dificuldades de cada setor, a fim de melhorar a qualidade dos serviços por eles prestados. Essa série de visitas foi iniciada no último dia 21, quando o senador esteve na Biblioteca do Senado.

Antonio Carlos Magalhães anunciou que pretende visitar todos os órgãos da Casa. Na reunião realizada no último sábado, com diretores do Senado, o presidente da Casa disse que esse acompanhamento das atividades integra sua diretriz de impor um programa de austeridade administrativa.

Segundo explicou, é preciso fortalecer o Senado como poder fiscalizador do Poder Executivo e, para chegar a isso, a Casa tem que fiscalizar a si própria.



Patriarca reforça laços do Brasil com Líbano

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem, em audiência, o cardeal Pierre Sfeir, patriarca maronita do Líbano. O líder religioso relatou os esforços de seu país para avançar na reconstrução, após 17 anos de guerra, e agradeceu as palavras de incentivo e solidariedade do presidente do Congresso Nacional.

Antonio Carlos destacou a vocação brasileira para zelar pela soberania das nações. O presidente do Senado lembrou ainda que os laços entre Brasil e Líbano são muito fortes, inclusive pela presença de diversos descendentes de libaneses no Legislativo brasileiro.

A delegação de religiosos libaneses estava acompanhada do embaixador Gazi Chidiac. Também assistiram ao encontro os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), José Eduardo Andrade Vieira (PTB-PR) e Onofre Quinan (PMDB-GO).



Albuquerque convida para evento do Reforsus

O senador Antonio Carlos Magalhães recebeu ontem visita do ministro da Saúde, Carlos César Albuquerque, que veio cumprimentá-lo pela sua eleição para a presidência da Casa. Após o encontro, o ministro informou que aproveitou a oportunidade para convidar ACM para a solenidade de assinatura do convênio do Reforsus em Salvador, em data a ser agendada. Mediante esse convênio será feito o repasse para os governos estaduais das verbas federais na área de saúde.

Albuquerque enfatizou o interesse de sua pasta em manter "boas relações com as duas casas do Legislativo". Ele afirmou que o governo está reavaliando duas proposições de interesse prioritário para sua área: a Proposta de Emenda Constitucional nº 169, que fixa as fontes de custeio para o setor, e o projeto que regulamenta os planos de saúde. As matérias estão na Câmara.

Suassuna propõe rigor na importação

País não pode abrir mão de exigências da legislação brasileira referente a produtos de saúde, embora não faça restrição aos artigos argentinos, afirma o senador



Ramez Tebet

Tebet quer sede de banco em Campo Grande

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) sugeriu ontem que a capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, seja escolhida para sediar o *Banco do Mercosul*. A seu ver, Campo Grande tem uma localização estratégica e qualificação suficiente para atender à demanda que uma instituição financeira desse porte iria gerar.

O senador explicou que a cidade não enfrenta os problemas das grandes aglomerações urbanas existentes nas principais capitais, oferece uma rede de telecomunicações não sobrecarregada e força de trabalho qualificada.

- Com uma população em torno de 600 mil habitantes, familiarizada com seus vizinhos de fronteira, a cidade poderá contribuir decisivamente para o processo de integração que norteia esse mecanismo financeiro - disse o senador.

Ramez Tebet espera que sua sugestão seja aceita pelos representantes dos cinco países membros efetivos do Mercosul.

"O Brasil não faz nenhuma restrição aos produtos argentinos, porém não pode abrir mão das exigências rigorosas de nossa legislação referente a produtos de saúde, pois esses não são produtos quaisquer", disse ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ao comentar as críticas feitas por autoridades e industriais argentinos ao sistema brasileiro de registro de medicamentos.

Segundo Suassuna, a indústria farmacêutica argentina reclama o imediato cumprimento das normas acordadas no Mercosul,

para abreviar os procedimentos de registro de novos medicamentos. A intenção dos industriais é poder comercializá-los mais rapidamente no mercado brasileiro. O senador ressalta, no entanto, que a resolução facilitando o registro de produtos farmacêuticos só foi internalizada na Argentina e no Uruguai, enquanto no Brasil e no Paraguai ela ainda está pen-

dente de regulamentação.

- Até que se dê a harmonização das legislações dos quatro países, deverá ser tomada como referência a norma mais rigorosa, que é a nossa - explicou Suassuna. - O Brasil adota o documento "Boas Práticas de Fabricação e Controle", editado em 1992 pela Organização Mundial de Saúde, que é mais avançado do que as normas de 1975, aceitas por nossos parceiros.

De acordo com o senador, os problemas com a indústria argentina começaram a surgir a partir de 1995, quando a Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária começou a atuar de forma mais exigente com relação aos produtos farmacêuticos e alimentos importados pelo Brasil.

Em aparte, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou que não se pode abrir mão de exigências e padrões de fabricação, a fim de "garantir a qualidade dos produtos".



Ney Suassuna

Emília elogia iniciativa do RS em favor da doação de órgãos

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) elogiou ontem a iniciativa do governo do Rio Grande do Sul que, após a aprovação da lei da doação presumida de órgãos, criou no estado uma Central de Doação. Ela considerou importante ressaltar que a criação dessa central foi anunciada pelo governador Antonio Britto apenas dois dias após a aprovação da lei.

- Apesar de ser uma lei polêmica, questionada pelo Conselho Federal da OAB, pela Igreja Católica e pelos Conselhos Regionais de Medicina (CRMs), ela não foi feita



Emília Fernandes

irresponsavelmente, mas amplamente discutida com a sociedade. Emília destacou que muitas providências precisam ser tomadas, como a criação de uma Central Nacional de Transplantes e de um Banco de Medula Óssea e a informatização dos institutos de identificação.



Benedita da Silva

Benedita da Silva destaca atuação de Abdias Nascimento

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) saudou ontem o retorno do senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) à Casa, onde passou a ocupar como titular a vaga deixada por Darcy Ribeiro. Com sua volta, segundo a senadora, o Rio de Janeiro passa a ser o único estado brasileiro e o primeiro da História a ser representado por dois senadores negros.

Benedita ressaltou que Abdias Nascimento sempre lutou contra o racismo e outras formas de preconceito.

A vida política de Abdias Nascimento foi marcada pela sua participação nas revoluções de 1930 e 1932; sua condenação, em 1937, pela oposição ao Estado Novo; e sua luta na Frente Negra Brasileira, lembrou Benedita da Silva. Após o golpe militar de 1964, acrescentou, Abdias Nascimento foi obrigado a deixar o país, permanecendo nos EUA, como professor catedrático da Universidade de Nova York, e na Nigéria.

Com a abertura política no Brasil, Abdias Nascimento voltou ao país e fundou, na PUC de São Paulo, o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros. A senadora destacou a participação de Abdias na fundação do PDT, e sua eleição para deputado federal em 1983; foi ele o criador da Fundação Cultural Palmares e o responsável pelo tombamento da Serra da Barriga. Hoje, é o presidente do Memorial Zumbi. Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) apoiou o discurso.

Mauro Miranda pede comando único no combate à violência

Caso contrário, segundo o senador, Brasil continuará perdendo R\$ 7 bilhões anuais em turismo e outras atividades



Carlos Patrocínio

Patrocínio defende a esterilização

O planejamento familiar, por meio dos mais modernos métodos de contracepção, é a melhor forma de reduzir o número de abortos no Brasil, afirmou ontem o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), ao anunciar projeto que altera a lei que trata do assunto.

Carlos Patrocínio disse que a Lei nº 9.623, sancionada em janeiro de 1996, encontra-se mutilada, em razão dos vetos aos dispositivos referentes à esterilização. Segundo o senador, estaria ocorrendo no Congresso Nacional um movimento para impedir a derrubada dos vetos.

- Reapresento à apreciação das duas Casas do Congresso Nacional os artigos vetados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, porque, pela longa experiência de médico do interior, sei que a esterilização será o método mais seguro para evitar os riscos a que se submetem, diariamente, milhares de mulheres nas periferias das cidades e nos casebres da zona rural - explicou.

Segundo Carlos Patrocínio, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que o Brasil apresenta uma das mais altas taxas de abortos clandestinos no mundo, ou seja, 5 milhões ao ano. "Insisto em que as mulheres recorrem ao aborto porque muitas vezes não lhes resta alternativa", frisou.

O senador manifestou preocupação com a elevada taxa demográfica, e se disse "assustado" ao constatar que "o crescimento populacional brasileiro é de um Uruguai por ano, isto é, cerca de 3 milhões de crianças".

Ao reportar-se ontem à dispersão dos projetos sociais desenvolvidos com recursos públicos, "por se multiplicarem descoordenadamente na burocracia federal", o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse que o combate à violência só será efetivo se o governo assumi-lo como projeto único, sob o comando da Presidência da República.

À falta dessa providência, o país assiste à "indústria da matança", ao comércio cada vez mais sofisticado de armas e drogas e continuará perdendo cerca de R\$ 7 bilhões anuais

em turismo e outras atividades, "pois os investidores internacionais têm medo dos riscos da violência". O dado sobre a perda de recursos é do Banco Mundial, que o divulgou em seminário internacional sobre violência urbana realizado no Rio de Janeiro.

- É lamentável que sejamos obrigados a ouvir esse alerta de instituições de fora do país, para acordar-nos de uma certa indiferença - reclamou ele.

A título de sugestão, Mauro



Mauro Miranda

Miranda disse que os milhares de entidades de utilidade pública cadastradas no Ministério da Justiça com isenções fiscais poderiam assumir as tarefas de escolarização, formação de mão-de-obra urbana e rural e recuperação de drogados e de meninas levadas à prostituição.

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o pronunciamento de Mauro Miranda era uma espécie de "autocrítica de todos nós".

Injustiças sociais aumentam no país, diz Ademir

O seqüestro de um empresário em Tucuruí (PA) e a morte de um brasileiro na tentativa de entrar clandestinamente nos Estados Unidos pela fronteira do México foram interpretados ontem pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA) como indicadores de que, na esteira das desigualdades sociais, crescem o banditismo e a desesperança no país.

O senador garantiu que é a primeira vez que ocorre um seqüestro no Pará, colocando o estado numa rota de banditismo característica das grandes capitais. Quanto ao brasileiro que morreu tentando entrar nos Estados Unidos, Ademir afirmou que os baixos salários pagos no país estão na origem da tragédia.

O senador também pediu ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, que envie recursos orçamentários devidos ao escritório da Funai no Pará.

Marina: FHC garantiu preço para borracha e cesta aos seringueiros

A senadora Marina Silva (PT-AC) comunicou ao plenário que o presidente Fernando Henrique Cardoso prometeu ontem aos seringueiros, durante audiência no Palácio do Planalto, que o governo garantiria o preço de R\$ 2,60 para o quilo de borracha natural da Amazônia. Além disso, 60 mil garimpeiros receberão por três meses cesta básica de alimentos e contarão com empréstimos para compra de equipamentos.

- Foi uma vitória dos seringueiros. Prevaleceu a sensibilidade do presidente da República - afirmou Marina. Um grupo de garimpeiros veio a Brasília pedir solução para os problemas que enfrentam desde que a borracha da Malásia passou a entrar no Brasil ao preço de R\$ 1,60 o quilo. Conforme a senadora, o governo bancará a diferença entre o preço do produto importado e

o valor de R\$ 2,60.

Além disso, destacou Marina, o presidente assinou decreto criando a reserva extrativista do Carauari, no Amazonas, de 450 mil hectares. "Essa área sempre foi dominada por seringueiros violentos", informou. Agora, a região será explorada por caboclos seringueiros e fica proibido o seu desmatamento.

Caso os preços pagos aos seringueiros não fossem aumentados, conforme a senadora, eles abandonariam essas áreas.

- O Brasil paga um preço pela saúde, pela educação. O governo paga um preço para manter o sistema financeiro estabilizado. O país pode e deve pagar para manter a floresta amazônica, o equilíbrio do meio ambiente. E a manutenção do seringueiro em suas áreas é a garantia de que não serão desmatadas - observou.



Marina Silva



Ademir

Valmir tem pressa em privatizar presídios

Segundo ele, aprovação de projeto de sua autoria "aliviaria o déficit carcerário em nosso país e tiraria do governo um ônus que, há muito, ele não tem sido capaz de suportar"

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) pediu ontem aos senadores que analisem com rapidez projeto de sua autoria que permite aos estados e ao Distrito Federal a privatização dos seus sistemas penitenciários. Ele afirmou que a situação dos presos no país representa "uma afronta à dignidade humana". O senador destacou a "sensibilidade" da Igreja Católica na escolha do tema da campanha "A Fraternidade e os Encarcerados".



Valmir: dignidade a presos

Valmir observou que o Estado tem o dever de preservar a vida e a dignidade dos encarcerados e a obrigação

de proporcionar-lhes condições de reintegrarem-se à sociedade. "Contudo, o que emerge do fundo das imundas e desumanas prisões brasileiras é estarecedor", disse o senador, para quem "as cruéis condições a que os presos estão submetidos encham os brasileiros de vergonha e indignação".

- Não tenho a pretensão de resolver, através de proposta de privatização dos presídios, a totalidade dos problemas do sistema peniten-

ciário. Não tenho dúvida, entretanto, de que a aprovação desse projeto aliviaria o déficit carcerário em nosso país e tiraria do governo um ônus que, há muito, ele não tem sido capaz de suportar - frisou.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que "a situação caótica" do sistema carcerário do país atinge a dignidade do ser humano. A seu ver, a solução do problema passa pela reforma do Judiciário.

Lúcio Alcântara sugere reforma da política criminal

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse ontem que a Campanha da Fraternidade deste ano, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), "sugere à sociedade a exaltação do Direito e a discussão de uma reforma da política criminal".

Essa reorganização, a seu ver, está ligada a "providências duradouras que, no mínimo, liberem dos cárceres os que lá estão injustamente, que contemham a violência urbana, que apaguem de nossas cadeias, casas de detenção e penitenciárias o estigma de que não passam de verdadeiras escolas de

criminalidade".

O senador observou que o Estado deve estar preparado para aplicar as punições legais àqueles que transgridem as normas. "Caso contrário, estará favorecendo a impunidade ou violentando os direitos humanos", disse. Para Lúcio Alcântara, a elevada média de três rebeliões mensais nas prisões do país revela a "incapacidade da autoridade pública de administrar satisfatoriamente a penalização imposta pelo Estado".

Ele acredita que a prestação de serviço social alternativo, como pena para delitos meno-



Lúcio Alcântara

res, seria uma saída para "evitar a convivência desses pequenos infratores com criminosos culpados por crimes mais graves, com os quais os primeiros aprenderiam os mais sérios desvios".

A falta de espaço e a superlo-

tação das penitenciárias, no entendimento de Lúcio Alcântara, violam os direitos dos detentos de trabalhar e estudar, além de contribuir para o agravamento da saúde dos presos. "Até a arquitetura da prisão leva o preso a não se sentir gente: tudo é feito para que não haja nenhuma privacidade e se instale um clima de intimidação, ou seja, o próprio prédio faz o preso se sentir humilhado", acrescentou.

- A Igreja quer colocar-se a serviço da sociedade e ajudar a aprimorar a convivência humana. É preciso ajudar as vítimas de qualquer tipo de violência - salientou.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO E LUCÍDIO PORTELLA

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Vanig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Pitos
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade
Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento e Jane Araújo
Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.